

**7. QUIOSQUE DO CAMPO DAS HORTAS:**

Da **Divisão Financeira** submetendo à consideração do Executivo processo relativo ao Quiosque do Campo das Hortas, sito no Campo das Hortas, UF de Braga (Maximinos, Sé e Cividade), titulado em nome Nuno José Castro Costa e Carla Teresa Castro Costa Ramos, tendo em vista a redução de 50% sobre o valor de 183,60€, correspondente ao valor mensal a liquidar pela ocupação do referido quiosque.

Tem informação circunstanciada da DSJC.



<p>Despacho da Chefe da Divisão dos Serviços Jurídicos Contencioso</p> <p>Concordo com o parecer da Dr. Helena Pereira. Envia-se ao Sr. Diretor Municipal.</p> <p>13/6/2019</p>	<p>Despacho do Sr. Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva</p> <p><i>[Assinatura]</i></p> <p>O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva Miguel Antunes Guimarães</p> <p>17/6/2019</p>
<p>Despacho do Sr. Vereador, com competência delegada p Despacho do Sr. Presidente de 6 de novembro de 20</p> <p>11</p>	<p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal</p> <p><i>[Assinatura]</i></p> <p>17/6/2019</p>

Nº Informação: 18016

Data: 12/06/2019

Assunto: Pagamento do valor devido pela ocupação do Quiosque do Campo das Hortas

#### QUESTÃO DICIDENDA:

Tendo assente:

1. A factualidade descrita pela Divisão Financeira, que compila todos os acontecimentos neste processo;
2. A informação prestada por esta Divisão, na pessoa da Dr.ª Cristina Salgado, que conclui a ocupação aqui em causa não se trata de um contrato de arrendamento, como peticionam os atuais titulares do direito de ocupação do quiosque,

Cremos que poderão ser 3 os caminhos pelos quais pode o Município enveredar:

- Tendo sido calculadas as taxas devidas, em função dos m2 ocupados pelo Quiosque, e quantificado, para dedução a esse valor, o custo mensal inerente à limpeza e manutenção dos sanitários, concluiu-se que o valor a pagar seria de 50% sobre os 183,60€. Esta será a solução mais pragmática e célere para taxar os valores em dívida. Para tanto, uma vez que estamos perante uma redução de taxa, deve obedecer-se aos critérios estabelecidos no Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB).

A este propósito, preceitua o artigo H-1/16.º, com a epígrafe "*Outras isenções e reduções*", que podem ser concedidas isenções ou reduções de taxas, a quaisquer entidades, com fundamento no manifesto e relevante interesse municipal do respetivo objeto. Parece existir, *in casu*, verificação do referido requisito, uma vez que os titulares do direito de ocupação têm a responsabilidade da limpeza e manutenção dos sanitários adjacentes, para uso público.

A concessão da redução no pagamento de taxas compete à Câmara Municipal, nos termos do artigo H-1/18.º, sendo certo que em cada sessão da Assembleia Municipal será, pelo Sr. Presidente da Câmara, prestada informação sobre os benefícios fiscais concedidos, em cumprimento do artigo H-1/19.º do CRMB.

- Solução diferente passaria por efetuar uma revisão contratual – uma vez que é com base nesse «contrato» que nasce na esfera dos titulares do direito de ocupação o ónus de proceder à manutenção e limpeza dos sanitários – eliminando-se tal obrigação, e passando tais tarefas a ser asseguradas pela AGERE, à semelhança do que acontece com os demais sanitários públicos. Assim, não havendo qualquer custo a "abater", deveriam liquidar-se os valores devidos, nos termos do CRMB e respetiva Tabela de Taxas e outras Receitas Municipais vigente.

- Poder-se-ia ainda, se assim se entendesse, não permitir a renovação da licença. O próprio contrato para ocupação do quiosque, prevê que o mesmo é válido "pelo período de um ano", renovável, podendo ser "denunciado" pelas partes com dois meses de antecedência. Este contrato também prevê o pagamento de uma "taxa", desvirtuando-o assim da natureza civilística.

O próprio CRMB prevê semelhante solução, na parte em que refere que as licenças (de ocupação de espaço público) são concedidas, por prazo não superior a um ano, que se renovam automaticamente se nenhuma das partes se manifestar em sentido contrário.

Ora, sendo esta a vontade do Município, um dos caminhos seria a não renovação da licença, e abertura de um procedimento de hasta pública, para concessão do direito de ocupação do quiosque, nos termos dos artigos D-2/29.º e seguintes.

Neste caso em concreto, poderia eventualmente haver lugar a um ajuste direto aos atuais detentores do direito de ocupação, caso se verificassem os pressupostos para aquela figura: instalação do quiosque em data anterior a 1978, o que se verifica, dado que o contrato que legitimou a ocupação data de 25 de janeiro de 1954; que o atual ocupante tenha vindo a cumprir todas as obrigações advenientes da concessão, e que se encontre em situação de comprovada debilidade social e económica, critérios que teriam de ser avaliados.



Apresentadas que estão as soluções jurídicas para o presente processo, conclui-se, face ao questionado pela Divisão Financeira, que a redução de taxa proposta, deve ser submetida a apreciação do órgão executivo deste Município.

À consideração superior,

A Jurista,

*Heleno Freitas Pereira*



**Nº Informação:** 21616

**Data:** 21/05/2019

**Assunto:** Proposta de redução de taxa no Quiosque Campo das Hortas

**Referência:** S/489/DF/2014; S/491/DF/2014; I/57/DF/2014; **GERES/359/2015**; Geres/35551/2016; I/346/DF/2017.

Considerando:

1. Os pareceres jurídicos datados de 17/11/2014, 19/03/2015 e 09/03/2018, que atribuem especificidade à ocupação do Quiosque do Campo das Hortas, face às demais ocupações de espaço público relativas a Quiosques instalados no concelho de Braga, desde logo pela existência de um contrato, datado de 25 de janeiro de 1954, o qual prevê que para além do pagamento de uma taxa anual, atribui também a responsabilidade da limpeza e manutenção dos sanitários adjacentes para uso público, ao Titular do Direito de Ocupação;
2. Que por deliberação de câmara datada de 13 de setembro de 2012, que se anexa, foi autorizada a transmissão do direito de ocupação do quiosque do Campo das Hortas a favor dos filhos do titular do contrato, Nuno José Castro Costa e Carla Teresa Castro Costa Ramos;
3. Que a taxa anual prevista no contrato não foi alvo de revisão específica, e que ao longo do tempo, a mesma correspondia em média a 1,00m<sup>2</sup>/mês, em termos de dimensão, face a outros Quiosques;
4. Que a área ocupada pelo Quiosque é de 18,00m<sup>2</sup>, e que se enquadra no Código Regulamentar do Município de Braga e respetiva Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor, a liquidação seria o resultado final da fórmula: Taxa × Dimensão, sendo que: Taxa (10,20) × Dimensão (18) = 183,60 euros/mês
5. Que efetuada uma estimativa, que se anexa, para quantificar o custo mensal inerente à limpeza e manutenção dos sanitários, aquela corresponde a cerca de 91,97 euros;

Propõe-se:

- que a Ocupação seja liquidada mensalmente aplicando-se-lhe a fórmula utilizada nos demais Quiosques;
- que ao valor liquidado, seja aplicada uma redução de 50%, percentagem que se considera, grosso modo, equivalente ao custo mensal da limpeza e manutenção, apurado em estimativa.
- que o mesmo método seja aplicado para liquidar os anos em falta, relativos à ocupação por parte do Titular do Direito de Ocupação e também aos anos futuros.

*anexo. De facto constata-se que o Titular do Direito de Ocupação tem de suportar uma quantidade de encargos de que uma parcela, SNO, deve ser removida. Sugiro*

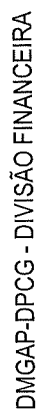
O Assistente Técnico,

Armando Monteiro

*que seja possível a remoção do SNO Executivo. A pedido do Sr. D. N. S. P., Dr. António... 2019/05/24*

*Concordo com a informação  
A Contadora Superior  
Braga, 24/05/19.*

O Diretor Municipal de Gestão Administrativa e Prospetiva  
Miguel Antunes Guimarães  
21/05/19



www.cm-braga.pt - e-mail : [municipio@cm-braga.pt](mailto:municipio@cm-braga.pt)  
Horário contínuo de 2.ª a 6.ª feira das 9h00 às 17h30  
Página 2 de 3



Reunião de 2012/09/13

**TRANSMISSÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DO QUIOSQUE - JOSÉ FERNANDO DA COSTA:**

127 957 014

De **José Fernando da Costa**, solicitando autorização para a transmissão do direito de ocupação do quiosque existente no Campo das Hortas, a favor de seus filhos Nuno José Castro Costa e Carla Teresa Castro Costa Ramos.

Segundo a **D.P.A.** este quiosque dada a sua tipologia torna-se único porque, diferente dos restantes, dada a particularidade de lhe estar anexo casas de banho, abertas ao público, cuja limpeza e manutenção recai no concessionário sem qualquer tipo de encargos para a Câmara.

Este quiosque não está abrangido pelas normas do Regulamento para exploração de quiosques de 13 de outubro de 1992, ainda em vigor, pelo que não se vê inconveniente que o Executivo autorize a transmissão desse direito para as pessoas acima indicadas, desde que estes se responsabilizem pelo pagamento das taxas pela sua ocupação, do domínio público, e pela limpeza, higiene e manutenção das casas de banho anexas.

deliber. e aprovar

DPA



Exmo. Senhor  
**JOSÉ FERNANDO CASTRO COSTA**  
Rua da Granja, nº15, R/C-Frente  
POR - 4700-430 BRAGA

Sua referência	Sua data	Nossa referência	Nossa data
		Op. n.º 8/489/DF/2014 D-GENÉRICO	16-12-2014

**Assunto: Ocupação do Quiosque Campo das Hortas**

Nos termos do previsto no artº 37 do Regulamento Municipal de taxas e licenças, vimos por este meio apresentar revisão do ato de notificação do valor das taxas devidas pelo direito de ocupação do Quiosque, sito no Campo das Hortas.

Assim fica Vª. Exa, notificado, de acordo com o despacho proferido em 26 de novembro de 2014, para no prazo máximo de 30 dias úteis, proceder ao pagamento das taxas respeitantes à Ocupação de Espaço Público, referente ao Quiosque do Campo das Hortas, no valor total de 3425.72 euros.

Os valores resultam da aplicação do nº2.1, do artigo 40º da Tabela de Taxas e Licenças Municipais.

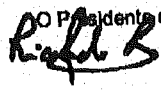
**OCUPAÇÃO DO QUIOSQUE CAMPO DAS HORTAS**

ANOS	ÁREA TOTAL	VALOR DA TAXA/MÊS/M2	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
ANO/2011	18M2	9.00€	162.00€	1.944,00 €
9/MESES/2012	18M2	9,25 €	165,50 €	1.498,50 €
Valor Pago em 2011				-8,39 €
Valor Pago em 2012				-8,39 €
<u>Valor da Dívida</u>				<u>3.425.72 €</u>

Para o efeito deve enviar cheque ou vale correio, emitido à ordem do Tesoureiro do Município de Braga e endereçado à Divisão Financeira com referência à notificação, ou dirigir-se diretamente ao Balcão Único, sito no Edifício do Pópulo, todos os dias úteis entre as 08.30 e as 18.00.

Findo este prazo, são devidos juros de mora, à taxa legal em vigor, e o processo será encaminhado para cobrança coerciva. Da liquidação efetuada poderá apresentar reclamação graciosa ou impugnação judicial nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário.

Com os melhores cumprimentos.

Dr. Presidente da Câmara  


Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio



Recebido em 11/7/2012

V/Ref: Ocupação c/Quiosque

Campo das Hortas

Exmº Sr.

Presidente da Câmara Municipal

De Braga

JOSÉ FERNANDO COSTA, casado, contribuinte nº. 127 957 014, titular do C.C. nº. 03041569 1 ZZ6, válido até 27-03-2014, residente na Rua da Granja, nº. 15, R/C frente, da cidade de Braga;

Vem expor e requerer a V.ª Exc.ª o seguinte:

1. Por contrato de Ocupação de um Quiosque celebrado a 25 de Janeiro de 1954, foi concedida ao requerente, pela Câmara Municipal, a ocupação de um quiosque existente no Campo das Hortas, mediante pagamento de uma taxa anual, obrigando-se este a zelar e responsabilizar-se pela conservação do material existente e casas de banho anexas.
2. O referido contrato foi sucessivamente renovado por períodos de um ano, tendo o requerente sempre pago as respectivas taxas e impostos sobre as licenças.
3. Em 18/07/1979, o requerente foi ainda autorizado a colocar esplanada em frente do mesmo quiosque, ocupando mais 4 m2 da via pública.
4. Atenta a idade avançada (69 anos) e doença do foro respiratório de que padece, pretende o requerente transmitir o seu direito de ocupação do referido quiosque do Campo das Hortas aos seus filhos, NUNO JOSÉ CASTRO DA COSTA, solteiro, maior, contribuinte nº. 237 976 889, titular do Cartão do Cidadão nº. 123653399 1 ZZ4, válido até 16-11-2016, e CARLA TERESA CASTRO DA COSTA RAMOS, casada, contribuinte nº. 214 257 428, titular do Cartão do Cidadão nº. 10179293 0 ZZ0, válido até 26-12-2016, com a devida autorização camarária,

5. passando estes a explorar o referido quiosque com esplanada e zelar pela conservação material existente e casas de banho anexas, exactamente nas mesmas condições que o requerente fez até à presente data.

Pelo exposto,

Requer V.<sup>a</sup> Exc.<sup>a</sup> se digne autorizar a transmissão do direito de ocupação do Quiosque sito no Campo das Hortas, aos seus filhos, NUNO JOSÉ CASTRO COSTA E CARLA TERESA CASTRO COSTA RAMOS, nas condições em que se encontra actualmente, ordenando-se a emissão das respectivas licenças de utilização/ocupação em seus nomes.

Pede Deferimento.

Junta: Duplicado legal.

O REQUERENTE:

*Jose Fernando da Costa*

A ADVOGADA:

*Manuela Vinagreiro Peixoto*

Manuela Vinagreiro Peixoto  
Advogada

Arco da Porta Nova, 38 - 1º, 4700-421 Braga  
Tel/Fax: 253272812 | Cp: 49193P | NIF: 241878349  
m.vinagrelpeixoto-49193P@adv.ea.pt



**BRAGA**  
MUNICÍPIO

DIVISÃO DE PATRIMÔNIO E APROVISIONAMENTO

Ex. Senhor  
José Fernando Costa  
Rua da Granja nº 15 r/c frente  
4 700-430 Braga

Sua Referência	Sua comunicação de	Nossa referência Of.º	Data
		D.P.A. 285	2012 09 14

**ASSUNTO: "Quiosque Campo das Hortas "**

Levo ao conhecimento de V. Ex<sup>a</sup> de que o pedido para a transmissão do direito de ocupação de quiosque sito no local acima referido, para os nomes de Nuno José Castro Costa e Carla Teresa Castro Costa Ramos, foi deferido, devendo responsabilizar-se pelo pagamento das taxas pela sua ocupação do domínio público e pela limpeza, higiene e manutenção das casas de banho a ele anexas.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Câmara,



Processo: I/57/DF/2014

Autor: Fellsmina.Campos

Data: 17/11/2014

### Informação jurídica

Assunto: Quiosque do Campo das Hortas

Analisando as questões suscitadas pela Divisão Financeira cumpre-me informar:

Do contrato celebrado em 25.01.1954 por esta Câmara, para a concessão do direito ocupação do quiosque sito no Campo das Hortas, ficou acordado que o titular do direito ficaria *"obrigado a pagar uma taxa anual de mil escudos, por esta ocupação e a manter em escrupuloso estado de limpeza as instalações sanitárias adjacentes e bem assim a abri-las e fecha-las de acordo com o horário que for estabelecido pela Câmara"*.

Com a entrada em vigor do Regulamento de publicidade de natureza comercial e de outras utilizações do espaço público, e no que concerne á exploração de quiosques, veio este regular no seu Capítulo IV, a Instalação e Exploração de Quiosques no Espaço Público.

Ora, estatui o artº44º (disposições transitórias) do referido Regulamento que:

*"1. Mantem-se a validade da concessão do direito de ocupação respeitante à exploração de quiosques instalados antes da vigência do Regulamento Referente ao Licenciamento, Ocupação e Instalação de Quiosques, de 7 de dezembro de 1978.*

*2. A transmissibilidade do direito de ocupação dos quiosques a que se refere o nº1, depende apenas de comunicação à Câmara para efeito de averbamento e do pagamento das correspondentes taxas.*

*3. A concessão do direito de ocupação nos termos previstos nos nºs 1 e 2, deste artigo, fica sujeita ao pagamento das taxas de licença pela ocupação da via pública, previstas na Tabela de Taxas e Licenças Municipais."*

Conforme se retira do nº3 do referido artigo, embora esteja em causa uma concessão do direito de ocupação com quiosque, ao abrigo de um regulamento anterior que por força do nº1 do mesmo artigo ainda se mantém válida, não impede que as taxas a que o concessionário está sujeito, sejam cobradas de acordo com o previsto no Regulamento Municipal atual e respetiva Tabela de Taxas e Licenças



Municipais, e por conseguinte também sujeitas as atualizações anuais<sup>1</sup>, muito embora tal sujeição esteja omissa no referido contrato de concessão.

Resulta, da consulta de documentos constantes do processo (cfr. contrato de concessão e informação prestada pela Divisão Financeira, no seu ponto 2) que as taxas liquidadas, não sofreram até à data as devidas atualizações.

Assim, creio que estão reunidos os pressupostos para se proceder a **uma revisão do acto de liquidação**<sup>2</sup>, nos termos do artigo 37º do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais e promover a liquidação adicional, tendo em atenção aos prazos estabelecidos para tal, nos termos do artº78º da Lei Geral Tributária.

Alerta-se porém, que na determinação do montante a pagar, deverá atender-se às taxas previstas na Tabela de Taxas correspondente ao ano a que respeita a liquidação adicional.

Quanto às restantes questões que se prendem com a OEP, nomeadamente, da esplanada e a venda de artigos diferentes dos destinados para tal edificação, deverá ser averiguado pelos competentes serviços se está devidamente licenciada, e se foi solicitada autorização para venda de outros produtos nos termos nº1, artº 30º do Regulamento de Publicidade de natureza comercial e de outras utilizações do espaço público.

---

#### <sup>1</sup> Artigo 64.º

##### **Actualização**

1- As taxas e outras receitas municipais previstas na tabela anexa ao presente regulamento são actualizadas ordinária e anualmente, em função dos índices de inflação publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, acumulados durante doze meses, contados de Outubro a Setembro do ano seguinte, inclusive.

2- Exceptuam-se do disposto no número anterior, as taxas e outras receitas municipais previstas na tabela que resultem de quantitativos fixados por disposição legal, os quais serão actualizados de acordo com os coeficientes legalmente estabelecidos para as receitas do Estado.

3- Os valores da actualização efectuada nos termos do nº 1 serão sujeitos às regras legais de arredondamento.

4- A actualização anual e ordinária nos termos dos números anteriores é efectuada pelos serviços municipais competentes, até ao dia dez de Dezembro de cada ano, e os valores resultantes, afixados nos lugares públicos de estilo, através de edital, e no site do Município até ao dia quinze do mesmo mês, para vigorar a partir do ano seguinte.

#### <sup>2</sup> Artigo 37.º

##### **Revisão do acto de liquidação**

1 - Pode haver lugar à revisão do acto de liquidação pelo respectivo serviço responsável pela liquidação, por iniciativa do sujeito passivo ou oficiosamente, nos prazos estabelecidos na Lei Geral Tributária e com fundamento em erro de facto ou de direito.

2 - A revisão de um acto de liquidação do qual resulte prejuízo para o Município, obriga o serviço responsável pela liquidação respectivo a promover, de imediato, a liquidação adicional.

3 - O devedor é notificado, por carta registada com aviso de recepção, para satisfazer a diferença.

4 - Da notificação devem constar os elementos do n.º 1 do Artigo 31.º do presente regulamento, bem como a advertência de que o não pagamento no prazo fixado implica a cobrança coerciva da dívida.(...)



Direção Municipal de Gestão Administrativa  
Divisão dos Serviços Jurídicos e de Contencioso

Despacho Chefe da Divisão dos Serviços Jurídicos e de Contencioso

Concedido com a informação de 21/11/2014

Despacho Diretor Municipal da Gestão Administrativa

O Diretor Municipal da Gestão Administrativa  
Miguel Antunes Guimarães

24/11/2014

Despacho Vereador da Câmara Municipal, no uso de competência delegada, por despacho do Presidente de 28/10/13

Despacho Vice-Presidente da Câmara Municipal de Braga

Despacho Presidente da Câmara Municipal de Braga

Concedido. A Dr. Fátima e à  
Dr. Anunciação para o efeito.  
24.11.2014



Conc. b.  
Procede em conformidade.  
15.06.24

*[Handwritten signature]*

Documento nº: GERES/359/2015

Data Registo: 11-02-2015

Assunto: GERES - Exposição - Solicita a revisão da situação do quiosque sito no Campo das Hortas, visto não se enquadrar num quiosque normal, uma vez que é um quiosque antigo com escritura (vor anexo) e os valores em dívida apresentados pela Divisão Financeira são elevados e inadequados. Estes valores eram pagos anualmente e estão a ser cobrados valores mensais. Solicita informações relativamente a esta situação.

Classificador: 000 - GENÉRICO

Tipo Documento: Exposição

Livro: GERES

Entidade:

Nome/Designação: NUNO JOSÉ CASTRO COSTA

Endereço: CAMPO DAS HORTAS

Utilizador: Cecília Pereira (Dra)

Destinatário: Cecília Pereira (Dra)

Conhecimentos:

Data: 11/02/2015 10:29:59

Movimento Automático

Utilizador: Cecília Pereira (Dra)

Destinatário: Cecília Pereira (Dra)

Conhecimentos:

Data: 11/02/2015 10:30:00

Movimento criado automaticamente.

Utilizador: Cecília Pereira (Dra)

Destinatário: Fátima Dordio (Dra)

Conhecimentos:

Data: 11/02/2015 11:22:55

Utilizador: Cecília Pereira (Dra)

Destinatário: Fátima Dordio (Dra)

Conhecimentos:

Data: 11/02/2015 11:23:05

Para procedimento,

Utilizador: Fátima Dordio (Dra)

Destinatário: DMGA - Director

Conhecimentos:

Data: 12/02/2015 15:46:46

Neste processo do quiosque do Campo das Hortas apareceu agora o "Contrato", pelo que se solicita reanálise à luz do novo contexto

Utilizador: Miguel Guimarães (Dr)

Destinatário: Isilda Castro (Dra)

Conhecimentos:





**BRAGA**  
Município

**Documento nº:** GERES/359/2015

**Data Registo:** 11-02-2015

**Assunto:** GERES - Exposição - Solicita a revisão da situação do quiosque sito no Campo das Hortas, visto não se enquadrar num quiosque normal, uma vez que é um quiosque antigo com escritura (ver anexo) e os valores em dívida apresentados pela Divisão Financeira são elevados e inadequados. Estes valores eram pagos anualmente e estão a ser cobrados valores mensais. Solicita informações relativamente a esta situação.

**Classificador:** 000 - GENÉRICO

**Tipo Documento:** Exposição

**Livro:** GERES

**Entidade:**

**Nome/Designação:** NUNO JOSÉ CASTRO DA COSTA

**Endereço:** QUIOSQUE CAMPO DAS HORTAS

**Utilizador:** Graça Carvalho

**Destinatário:** Graça Carvalho

**Conhecimentos:**

**Data:** 19-06-2015 16:33:49

**Documento:** GERES/359/2015

arquivado

**Utilizador:** Teresa Rodrigues

**Destinatário:** Graça Carvalho

**Conhecimentos:**

**Data:** 05-06-2015 11:08:24

**Documento:** GERES/359/2015

Despacho do Sr. Presidente em anexo.

Esta divisão está disponível para prestar os esclarecimentos que entendam por adequados.

Seguiu cópia para a DMGAP-DPCG-DF (Dra. Fátima Dório).

Segue em suporte papel via protocolo.

**Utilizador:** Teresa Rodrigues

**Destinatário:** Teresa Rodrigues

**Conhecimentos:**

**Data:** 05-06-2015 10:56:03

**Documento:** GERES/359/2015

Criação de cópia com o número GERES/359/2015/1

**Utilizador:** Teresa Rodrigues

**Destinatário:** Teresa Rodrigues

**Conhecimentos:**

**Data:** 05-06-2015 10:50:58

**Documento:** GERES/359/2015

Para anexar despacho do Sr. Presidente.

**Utilizador:** Teresa Rodrigues

**Destinatário:** Ricardo Rio (Dr)

**Conhecimentos:**

**Data:** 01-06-2015 16:02:39

**Documento:** GERES/359/2015

SEGUE DOC. EM SUPORTE PAPEL

Regulamento de publicidade de natureza comercial e de outras utilizações do espaço público.

A questão que aqui se coloca prende-se com a eventual aplicabilidade da disciplina constante do Regulamento de publicidade de natureza comercial e de outras utilizações do espaço público à situação aqui objecto de apreciação.

Nos termos do disposto no art. 30, nº 1, 1ª parte do Regulamento de publicidade de natureza comercial e de outras utilizações do espaço público, os quiosques "destinam-se à venda de jornais, revistas, tabacos e correlativos, lembranças, artesanato regional e guloseimas, podendo a Câmara Municipal autorizar, sempre que for oportuno ou conveniente, nos casos devidamente fundamentados, a venda de outros artigos ou produtos", estando tal ocupação sujeita ao pagamento de taxas (cfr. art. 35º do citado Regulamento).

Reconhecendo que se trata, na presente situação, da ocupação de uma edificação implantada em domínio público municipal para venda de jornais e revistas e produtos semelhantes, o facto é que impendem sobre os titulares do direito de ocupação obrigações acessórias, relativas à limpeza das instalações sanitárias anexas, que não se verifica nas outras situações semelhantes – ocupação de quiosques –, tornando esta uma situação singular, diferente das demais, e, consequentemente, não podendo ser subsumível, sem mais, à disciplina constante do Regulamento e de publicidade de natureza comercial e de outras utilizações do espaço público e pagamento das taxas previstas na Tabela de Taxas para estes casos, sob pena de violação dos princípios da igualdade e da imparcialidade, princípios que norteiam e devem nortear toda a atuação da Administração Pública.

Na nossa opinião, o contrato celebrado em 1954 pelo então Presidente da Câmara Municipal e Eduardo Simões consubstancia um verdadeiro contrato de arrendamento, possuindo todos os elementos essenciais do contrato e estabelecendo as obrigações principais (uso e ocupação da edificação, por um lado, e pagamento da correspondente compensação) e acessórias (limpeza das instalações sanitárias anexas e das despesas de água e luz decorrentes da própria utilização), fixando ainda o seu termo – 1 ano, renovável por iguais períodos – e as condições da denúncia do contrato. E diga-se, na senda do que já foi dito, que o próprio Executivo Municipal, em reunião realizada em 13.9.2012 reconheceu a particularidade da situação (cfr. extracto anexo).

Pelo exposto, deverá proceder-se à revisão do ato de liquidação nos termos explanados, por um lado, e por outro, proceder-se à atualização da compensação devida pela ocupação, uma vez que se mantém nos mesmos termos há mais de 60 anos.

**Utilizador:** Isilda Castro (Dra)

**Destinatário:** Mafalda Vilaça (Dra)

**Conhecimentos:**

Firmino Marques (Dr)

Paulo Ferreira (Dra)

**Data:** 26-02-2015 11:52:25

**Documento:** GERES/359/2015/1

Para informar/articular com a Dra Felismina que já poderá ter informado uma situação idêntica)

**Utilizador:** Miguel Guimarães (Dr)

**Destinatário:** Isilda Castro (Dra)

**Conhecimentos:**

**Data:** 26-02-2015 11:26:23

**Documento:** GERES/359/2015/1

**Utilizador:** Fátima Dordio (Dra)

**Destinatário:** DMGA - Director

**Conhecimentos:**

**Data:** 12-02-2015 15:46:46

**Documento:** GERES/359/2015/1

Neste processo do quiosque do Campo das Hortas apareceu agora o "Contrato", pelo que se solicita reanálise à luz do novo contexto

**Utilizador:** Cecília Pereira (Dra)

**Destinatário:** Fátima Dordio (Dra)

**Conhecimentos:**

**Data:** 11-02-2015 11:23:05

**Documento:** GERES/359/2015/1

Para procedimento.

<b>Balcão Único</b>	
Registo de entrada n.º	<u>Genex/359/2015</u>
Encaminhado para o serviço	<u>DTGA-DF</u>

11.02.2015

Ex.mo Senhor  
Presidente da Câmara Municipal de  
B R A G A

Nuno José Castro Costa, contribuinte fiscal nº 237 976 889 e Carla Teresa Castro Costa Ramôes contribuinte fiscal nº 214 257 428, residentes na Rua da Granja, nº 15 – r/c frente – 4 700-430 Braga, na qualidade de actuais titulares do direito de ocupação do quiosque existente no Campo das Hortas desta cidade, vêm expor e requerer a V. Exª o seguinte:

Em 25 de Janeiro de 1954 essa Câmara Municipal concedeu, a Eduardo Simões através de contrato o direito para ocupação dum quiosque existente no Campo das Hortas, adaptado ao exercício de actividade comercial mediante a obrigação de zelar e responsabilizar-se pela conservação do material e pela limpeza da sentina e urinóis públicos, de utilização gratuita, e a pagar uma compensação que a Câmara então fixou de 1.000\$00/ano, actualmente 8,39€/ano.

A Câmara na sua reunião de 8 de Janeiro de 1979 deferiu o pedido de transmissão da referida concessão a favor de José Fernando da Costa e na reunião de 13 de Setembro de 2012 deliberou autorizar a transmissão do mesmo direito de ocupação do quiosque a favor dos ora requerentes.

Desde então e até ao ano de 2011 o valor pago à Câmara foi efectuado estritamente em função do conteúdo do mencionado contrato de uma forma pacífica tanto da parte do concessionário como por parte da Câmara. No entanto a Câmara, através da Divisão Financeira, veio notificar os titulares do direito da referida concessão para procederem ao pagamento da importância de €4.668,30 correspondente aos requerentes e da importância de €3.425,72 correspondente ao anterior titular com o fundamento de revisão do acto de liquidação ajustando estes valores à taxa prevista no nº 2.1, do art.º 40º- Quiosques (Regulamento CMB).

Ora, fazendo jus ao contrato então celebrado e à especificidade deste quiosque completamente diferente aos existentes já que, como é sabido, possui wc's cuja limpeza, consumíveis são por conta dos concessionários e de

tal direito não ter sido submetido a qualquer tipo de concurso público para a sua atribuição e como tal não sujeito ao Regulamento da C.M.B. e, deste modo, não estar obrigado ao pagamento das taxas previstas na Tabela de Taxas dessa Câmara – nº 2.1, art.º 40º antes mencionado.

Assim, dadas as especificidades referidas e face ao contrato então assinado, e ainda em vigor, poderá entendermos de estarmos perante um arrendamento do estabelecimento (quiosque) pelo prazo de um ano automaticamente renovável mediante o pagamento de uma renda e não como uma taxa como está convencionado para os outros quiosques, estes sim, sujeitos às normas regulamentares e à tabela de Taxas.

É entendido que a renda que se está a pagar é baixa como entendemos também que o valor que a Câmara entende cobrar é demasiadamente alto pelo que estamos disponíveis a aceitar um valor considerado como justo tendo em conta as especificidades únicas desta estrutura e aos encargos associados à sua exploração.

Por tudo isto se solicita a V. Exª uma reavaliação dos valores indicados nos V/ofícios e que o directo de ocupação do quiosque seja considerado como um arrendamento não subordinado ao Regulamento específico para quiosques, que estão fora deste âmbito e que seja encontrado um preço justo que vá de encontro com a relação preço/contrapartidas.

Pedem deferimento,

Braga, 09 de Fevereiro de 2015

Carla Teresa Castro da Costa Ramos

Nuno José Castro da Costa

Anexo:

Cópia do Contrato de 25/01/1954

Contrato para occupação dum quiosque no Campo das Hortas, concedida a Eduardo Simões dos vintes e cinco de Janeiro de mil novecentos e cincoenta e quatro, nesta cidade de Braga, Paço do Concelho e Notariado Privativo da Camara perante mim, Eugenio Bacelar Ferreira, licenciado em Direito, e Chefe da Secretaria e Notario Privativo da Camara Municipal do concelho de Braga, compareceram como outorgantes: Primeiro, o Excelentissimo Senhor Antonio Maria Santos da Cunha, casado, comerciante, residente na Rua de São Victor, que outorga na qualidade de Presidente della Camara, autorizado a celebrar este contrato como prova com certidão da acta que me entregou e arquivou. - Segundo, o Senhor Eduardo Simões, casado e separado judicialmente, residente no Campo das Hortas, filho de Antonio Simões, e natural de Alvares, concelho de Gois. Verifiquei a identidade dos outorgantes por serem de meu conhecimento pessoal. - Na minha presença e das testemunhas adiante nomeadas disse o primeiro outorgante que sendo a Camara feita construir um quios.

que no Campo das Hortas, adaptado ao exercício de actividade commercial propria de tal edificação, mas sendo adjacentes instalações sanitarias para uso do publico, requerem o segundo outorgante, Eduardo Simões, que fosse garantido o direito de occupação do mesmo quiosque, obrigando-o a velar e responsabilizar-se pela conservação do material e pela limpeza da sentina e urinois publicos, de utilização gratuita, para homens, e a pagar a compensação que a Camara determinasse, o que foi deferido em reunião de 14 de corrente. Nos termos dessa deliberação concedeu ao segundo outorgante o direito de occupar o referido quiosque, e ainda o de collocar duas mesas e cadeiras, dentro dele, nos meses de Junho a Outubro, no local que os serviços camaraes determinarem. Ficou o segundo outorgante obrigado a pagar uma taxa annual de mil escudos, por esta occupação e a manter em escriptura o estado de limpeza as instalações sanitarias adjacentes e bem assim a abri-las e fechá-las de accordo com o horario que for estabelecido pela Camara, segundo as conven-

Dr. José P.  
Carvalho

nências do tempo, e cujas alterações lhe sejam co-  
 municadas por escrito. = Esta convenção consi-  
 dera-se em vigor desde o dia um de Janeiro Conto  
 corrente, e vale pelo período de um ano, faci- Art. 1.º 45.00  
 lamente renovável, e só poderá ser denuncia- § 2.º 40.00  
 do por qualquer das partes com dois meses de Ant. 22.º 12.00  
 antecedência. = O pagamento da taxa de ou- 97.00  
 tras será feito pelo segundo outorgante da Sup. 80.00  
 ante o mês de Janeiro de cada ano, ficando Sup. 19.50  
 sujeito, quando o não seja nesse prazo, à Rep. 2.50  
 cobrança coerciva como as demais receitas 199.00  
 municipais. No ano corrente, no entanto, esse Conto corrente e  
 pagamento será feito até dez de Fevereiro. = O novo acordo. R.  
 consumo da água e energia eléctrica feito pelo 1.º 4. Segundo  
 segundo outorgante para a exploração do em-  
 negócio, ficará de sua conta, responsabilizan-  
 do-se a Câmara, apenas, pelos consumos ne-  
 cessários para a ventosa e urinóis públicos.  
 = O segundo outorgante confirmou e exposto,  
 e declarou aceitar este contrato como nele se  
 contém. = Assim disseram, outorgaram e mu-  
 tuamente aceitaram na minha presença e  
 das testemunhas cuja idoneidade certifico  
 por serem do meu conhecimento pessoal, do que  
 dou fé, José Constantino Ribeiro Couto, carido

residente na Rua da Beavrite, e Joaquina da  
Silva, ambos residentes na Avenida Castel,  
que vos assinam com os outorgantes e amigos,  
depois desta escritura ser lida em alta  
voz por mim, notário, na presença simulta-  
nea de todos e feita a explicação de seu  
contendo, e direitos e obrigações dela emer-  
gentes, aponto os outorgantes também a  
impressão digital do indicador da mão di-  
reita por ordem da que nupcias.

Edmundo Luís

Edmundo Luís

Josefina de Almeida

João de Deus

João de Deus

O imposto do selo e a impetração de ciência foram na  
Escritura pelo guia nº 4/2815.





**BRAGA**  
MUNICÍPIO

DIVISÃO DE PATRIMÔNIO E APROVISIONAMENTO

Ex. Senhor  
José Fernando Costa  
Rua da Granja nº 15 r/c frente  
4 700-430 Braga

Sua Referência

Sua comunicação de

Nossa referência  
Of.º

Data

D.P.A.

205

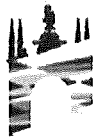
2012 09 14

**ASSUNTO: "Quiosque Campo das Hortas "**

Levo ao conhecimento de V. Ex<sup>a</sup> de que o pedido para a transmissão do direito de ocupação de quiosque sito no local acima referido, para os nomes de Nuno José Castro Costa e Carla Teresa Castro Costa Ramos, foi deferido, devendo responsabilizar-se pelo pagamento das taxas pela sua ocupação do domínio público e pela limpeza, higiene e manutenção das casas de banho a ele anexas.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Câmara,



BRAGA

Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva  
Divisão dos Serviços Jurídicos e de Contencioso

discretório  
na 14.2 - 22430

Geres/ 359/2015

### INFORMAÇÃO-DSJC:

Atendendo ao teor do contrato celebrado em 1954 cuja a cópia se encontra junta ao processo e prescindindo, por se afigurar irrelevante, sobre a existência de regulamentação municipal sobre a atribuição de exploração de quiosques na via publica à data da sua celebração, constata-se que através do contrato em referencia este Município atribuiu a um particular o direito de ocupação e exploração de um local integrado no domínio publico municipal, com carácter tendencialmente duradouro .

Ora, como se sabe, e já assim era à data da celebração do presente contrato, os bens integrados no domínio público não podem ser objeto de negócios jurídicos de natureza civilística ( comercio jurídico), razão pela qual, em meu entender , o contrato aqui em apreço, não obstante a sua especificidade, consubstancia uma relação jurídica de natureza administrativa mais concretamente um contrato administrativo.

Com efeito, através do contrato em analise esta Autarquia atribuiu o direito de utilização do espaço público nele melhor identificado a um particular e previu como contrapartida da sua utilização o pagamento de taxas.

Neste sentido o próprio Decreto Lei nº 280/2007 de 7 de agosto, que veio estabelecer as disposições gerais e comuns sobre a gestão dos bens imoveis do domínio publico do Estado, , Regiões Autonomias e das Autarquias Locais estabelece no seu artigo 27º, ***que os particulares podem adquirir direitos de uso privativo do domínio publico por licença ou concessão,*** prevendo o seu artigo 28º, ***que através de ato ou contrato administrativo podem ser conferidos a particulares , durante um período determinado de tempo, poderes exclusivos de fruição de bens do domínio publico, mediante o pagamento de taxas*** e o seu artigo 30º, sobre a epigrafe: concessão de exploração, expressamente prevê que através de ato ou contrato podem ser transferidos para particulares, durante um período determinado de tempo e mediante o



BRAGA

Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva  
Divisão dos Serviços Jurídicos e de Contencioso

pagamento de taxas, poderes de gestão e de exploração de bens do domínio publico, designadamente os de autorização de uso comum e de concessão de utilização privativa.

Face ao exposto e salvo melhor opinião, afigura-se não poder classificar-se juridicamente o presente contrato como um contrato de arrendamento de natureza civilística, designadamente no que concerne aos direitos e obrigações assumidas pelas partes, mas antes considerar que relação jurídica constituída se rege pelas regras e os princípios do direito administrativo aplicáveis às concessões de uso de domínio público .

Assim, entende-se que o particular atualmente titular dos direitos conferidos por força do contrato em referência está obrigado ao pagamento das taxas regulamentarmente fixadas para este tipo de utilização do domínio público..

Acresce não poder deixar de se atender que este contrato foi celebrado pelo prazo de um ano, renovável por iguais períodos de tempo , pelo que qualquer um dos contraentes poderá não permitir a sua renovação caso assim o pretenda .

Não podemos igualmente deixar de ter presente os princípios que regem a atuação da Administração , designadamente o princípio da igualdade, pelo que considerando as taxas fixadas para a este tipo de ocupação e utilização do domínio público, entender-se de outra forma a qualificação deste contrato poderá consubstanciar uma violação daquele princípio da igualdade .

Cristina Salgado  
9/3/2018

Despacho da Chefe de Divisão

Concordo com o parecer prestado pela Dr. Cristina Salgado que reanalisou e bem, na minha ótica - a questão. Remete-se ao Sr. Diretor Municipal. 13/3/2018

Despacho Diretor Municipal da Gestão Administrativa E Prospetiva



BRAGA

Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva  
Divisão dos Serviços Jurídicos e de Contencioso

Concluído.  
9/4/2018

Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva  
Miguel Antunes Guimarães

Despacho Vereador da Câmara Municipal, no uso de competência delegada, por despacho do Presidente de 6/11/2017

Despacho Vice-Presidente da Câmara Municipal de Braga

Despacho Presidente da Câmara Municipal de Braga

Registo n.º 6694/355/12016Data do registo 14/10/2016

Pago pela guia n.º \_\_\_\_\_

EX.MO SENHOR PRESIDENTE  
DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

## REQUERIMENTO GENÉRICO

## 1. REQUERENTE\* (preenchimento obrigatório)

Nome Nuno José Bastos da CostaDomicílio/Morada Quilombo Campo das Hortas 4700-210

Caso pretenda que futuras notificações sejam enviadas para um domicílio diferente do indicado, indique a morada pretendida:

Domicílio/Morada  
(notificação) \_\_\_\_\_N.º de identificação civil 123 653 77N.º de identificação fiscal 237 976 889

Telefax \_\_\_\_\_

Telefone 915098114

Endereço Eletrónico \_\_\_\_\_

Código da Cartão Comercial Permanente \_\_\_\_\_

## 1.1. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE\* (preenchimento obrigatório, se aplicável)

Nome \_\_\_\_\_

N.º de identificação civil \_\_\_\_\_

N.º de identificação fiscal \_\_\_\_\_

Na qualidade de ☐ Mandatário ☐ Sócio-gerente ☐ Administrador ☐ Outro \_\_\_\_\_

Código para consulta da Procuração Online \_\_\_\_\_

## 2. EXPOSIÇÃO DO PEDIDO\* (Assinale com um X a quadrícula respetiva e preencha o que lhe interessa)

Vem requerer a V. Ex.ª o seguinte:

☒ Pedido ☒ Exposição ☐ Outra \_\_\_\_\_Assunto Pagamento Quiloma - 6694/355/12016Descrição cont. Carla Teresa 214257428

Venho por este meio solicitar que me seja informado o valor a pagar relativo ao meu quiloma (campo das Hortas) uma vez que me foi impossibilitado o pagamento na financeira há cerca de 2 anos, do valor que estava estipulado. O processo foi para o judicial e depois de várias vezes contactar este serviço (judicial), ainda não me tem sido comunicado qualquer valor a pagar.

*Se for possível fazer uma transcrição bancária.*

MOD-RES.01.01\_03

\* Preencher da forma legível

1 de 2

## 2. EXPOSIÇÃO DO PEDIDO\* (Continuação)

Descrição (continuação)

Local da pretensão

Quilóque campos des Ibertes

N.º do processo ou Licença de Utilização (se aplicável):

53 / 69 alameda

## 3. ANEXOS

☐ Fotocópia simples da procuração, se não indicou código de acesso à procuração on-line e se é procurador;

☐

☐

☐

Pede deferimento.

O(s) requerente(s)

João José Carlos Costa

Data

Data

Esta minuta é um mero modelo de requerimento

O requerente responsabiliza-se pela informação prestada, quanto à pretensão e conteúdo.

## A PREENCHER PELOS SERVIÇOS

☐ A assinatura do(s) requerente(s) foi confirmada pela exibição do documento de identificação civil

N.º documento

123 653 99

Data de validade

16-11-2016

N.º documento

Data de validade

☐ O pedido está instruído com os elementos supra indicados pelo requerente.

☐ Existem deficiências ou omissões na instrução do pedido, tendo sido informado o requerente do provável pedido de aperfeiçoamento. Contudo, por sua insistência, foi aceite.

## OBSERVAÇÕES

O técnico de atendimento

Carla S.C.

Data

16/10/2016



**BRAGA**  
Município

DMGAP - DPCG - DIVISÃO FINANCEIRA

**INFORMAÇÃO Nº I/346/DF/2017**

Despacho	Despacho
<i>Reunir OSJC (falar unijp) 14/12/17</i>	
Despacho	
<i>A consideração superior. Duração, 06/12/17.</i>	

	Data
	06-12-2017

**Assunto:** Pagamento da ocupação do Quiosque do Campo das Hortas – GERES/359/2015.

Considerando que:

1. O Quiosque do Campo das Hortas é titulado por contrato de arrendamento, datado de 25 de janeiro de 1954, mediante pagamento de renda anual e como contrapartida de limpeza das casas de banho públicas inseridas no espaço do quiosque;
2. A referida "renda" não tem sido sujeita a qualquer atualização, sendo composta por duas parcelas de 2.40€ e 5.99€ (num total de 8.39€) por ano;
3. O direito de ocupação foi transmitido em 2012, com aprovação em reunião de câmara e sem que nenhum pressuposto tenha sido alterado;
4. Após alteração do direito de ocupação, foram efetuadas duas notas de liquidação (S/489/DF/2017 e S/491/DF/2017) relativas ao montante a pagar pelos novos ocupantes do referido Quiosque, de acordo com o regime geral previsto na Tabela de



Taxas e Licenças Municipais para a ocupação do espaço público com Quiosques e não de acordo com o contrato de arrendamento;

5. Os novos ocupantes Nuno José Castro Costa e Carla Teresa Castro Costa Ramos, não concordaram com tal ato de liquidação e solicitaram a reavaliação dos valores em questão, por entenderem que a ocupação do quiosque consubstancia um arrendamento e não uma concessão (GERES/359/2015);
6. Nesse seguimento, foi solicitado parecer à DSJC para analisar se o processo em causa consubstancia efetivamente um arrendamento ou uma concessão e que taxa deve ser aplicada;
7. O parecer efetuado pela Dra. Mafalda Vilaça, datado de 19-03-2015, concluiu o seguinte: *“o contrato celebrado em 1954 pelo então Presidente da Câmara Municipal e Eduardo Simões consubstancia um verdadeiro contrato de arrendamento, possuindo todos os elementos essenciais do contrato e estabelecendo as obrigações principais (uso e ocupação da edificação, por um lado, e pagamento da correspondente compensação) e acessórias (limpeza das instalações sanitárias anexas e das despesas de água e luz decorrentes da própria utilização), fixando ainda o seu termo – 1 ano, renovável por iguais períodos – e as condições da denúncia do contrato. E diga-se, na senda do que já foi dito, que o próprio Executivo Municipal, em reunião realizada em 13.9.2012 reconheceu a particularidade da situação (cfr. extracto anexo). Pelo exposto, deverá proceder-se à revisão do ato de liquidação nos termos explanados, por um lado, e por outro, proceder-se à atualização da compensação devida pela ocupação, uma vez que se mantém nos mesmos termos há mais de 60 anos.”*
8. Este parecer obteve o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Ricardo Rio, em 04-06-2015 *“Concordo. Proceder em conformidade”*.

Parece-nos, s.m.o, que a questão em apreço já obteve decisão e despacho superior, no sentido de ser aplicado na liquidação da ocupação do Quiosque do Campo das Hortas o contrato de arrendamento, devidamente atualizado, e não a Tabela de Taxas Municipais.

Face ao exposto, propõe-se a faturação da renda deste contrato, aplicando-se a atualização de acordo com o índice de preços do consumidor aos anos para os quais haja histórico no INE, e conseqüente revisão das liquidações efetuadas, solicitando-se, por escrito, aos ocupantes, pronúncia sobre o NIF a que corresponderá a faturação do referido contrato.

À consideração superior,

A Técnica Superior

  
(Filipa Igreja)





**BRAGA**  
Município

DMGAP - DPCG - DIVISÃO FINANCEIRA

OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO CAMPO DAS HORTAS

ANO	ÁREA	TAXA	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL			
<u>2011</u>	18	9,00 €	162,00 €	1 944,00 €			
<u>2012</u>	18	9,25 €	166,50 €	1 998,00 €			
<u>2013</u>	18	9,55 €	171,90 €	2 062,80 €			
<u>2014</u>	18	9,75 €	175,50 €	2 106,00 €			
<u>2015</u>	18	9,75 €	175,50 €	2 106,00 €			
<u>2016</u>	18	9,75 €	175,50 €	2 106,00 €			
<u>2017</u>	18	9,79 €	176,22 €	2 114,64 €			
<u>2018</u>	18	9,89 €	178,02 €	2 136,24 €			
				<b>16 573,68 €</b>			
<u>2019</u>							
Janeiro	18	10,20 €	183,60 €				
Fevereiro	18	10,20 €	183,60 €				
Março	18	10,20 €	183,60 €				
Abril	18	10,20 €	183,60 €				
Maio	18	10,20 €	183,60 €				
			<b>918,00 €</b>				
				16 573,68 €			
				918,00 €			
				<b>17 491,68 €</b>			
Crédito							
Valor pago em 2011				8,39 €			
Valor pago em 2012				8,39 €			
Total em débito				<b>17 474,90 €</b>			
Gastos com WC(Mensal)					91,41 x 101 meses	9232,41	
		Papel Higiênico		12,6			
		Toalhes de Papel		48,9		17474,9	
		Lixívia		14,55		-9232,41	
		CIF		7,96		<b>8242,49</b>	
		Sonazol		7,4			
				91,41			



**DMGAP - DPCG - DIVISÃO FINANCEIRA**

## ESTIMATIVA | GASTOS MENSAIS - WC Públicos

	<u>Preço Unitário</u>			
Papel Higiénico   3 rolos, dia	0,14	x 90	12,60 €	
Toalhas de papel   1 embalagem(150 un.), dia	1,63	x 30	48,90 €	
Lixívia   1/2 litro, dia	0,97 lt	0,485 x 30	14,55 €	
Detergente   1 embalagem, semana	1,99 lt	x 4	7,96 €	
Detergente   1 embalagem, semana	1,85 lt	x 4	7,40 €	
			<b>91,41 €</b>	